



TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DE GOIÁS

05/07/2018



GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Ofício nº. 135/2018- GPRES

Goiânia, 03 de julho de 2018.

Exmo. Sr.
Deputado José Vitti
MD Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás
Palácio Alfredo Nasser – Alameda dos Buritis, 231 – Setor Oeste
74.115 – 900 – Nesta.

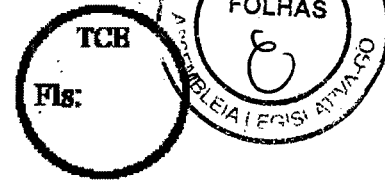
Excelentíssimo Senhor Presidente,

Com a expressão de meu apreço, e considerando decisão proferida nos autos de n.º 201100047000030, por meio do Acórdão n.º 960, de 10 de março de 2011, que teve como objeto a análise de supostas irregularidades em procedimentos licitatórios realizados pela Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos – AGR, e considerando que restou comprovada a boa fé dos gestores da AGR em implantarem medidas no intuito de atender ao determinado no supracitada decisão, haja visto que foram realizados estudos para elaboração de projeto de reestruturação do transporte intermunicipal de passageiros deste Estado, e considerando ainda a realização de convênio entre a AGR e a Universidade de Brasília que resultou em um Plano Diretor do Transporte Intermunicipal do Estado de Goiás, encaminho a Vossa Excelência cópia do Termo de Ajustamento de Gestão celebrado entre esta Corte e a AGR para conhecimento.

Cordialmente,


Conselheiro Kennedy Trindade
Presidente

GPRES/ar



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS ACÓRDÃO N.º

*Deliberação do Tribunal Pleno. Processo de Fiscalização. .
Concessão dos Serviços de Transporte Público
Intermunicipal. Irregularidades. Ausência de Plano Diretor
do Transporte Intermunicipal. Ausência de Licitação nos
Contratos de Concessão. Monitoramento.*

Vistos, oralmente expostos e discutidos os presentes Autos de n.º **201100047000030**, que trazem notícia de irregularidade na exploração dos serviços de transporte público intermunicipal do Estado de Goiás.

ACORDA

o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS, com fundamento nos artigos 1º, incisos VII §§ 1º e 4º, 85 e 98 da Lei Orgânica n.º 16.168/07, e 175, *caput* e parágrafo único, inciso I, da Constituição Federal e artigo 14 da Lei Federal n.º 8.987/95, por unanimidade de votos dos integrantes do **Tribunal Pleno**:

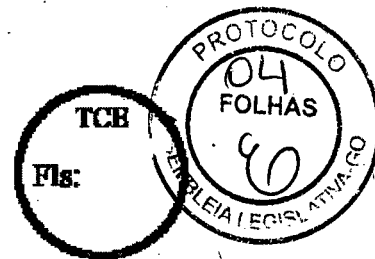
A) Determinar ao Estado de Goiás, por meio da Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização - AGR, que:

A.1) elabore o Plano Diretor do Transporte Intermunicipal do Estado de Goiás, no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, e encaminhe a este Tribunal;

A.2) realize o procedimento(s) licitatório(s) para todas as linhas de transporte intermunicipal do Estado de Goiás, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de responsabilidade;

A.3) submeta o(s) edital(is) de licitação à apreciação deste Tribunal, após publicação.

B) À Secretaria Geral para oficial o Governador do



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS

Estado de Goiás e o titular da Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização - AGR para que tomem ciência e iniciem as providências determinadas neste Acórdão.

C) À Coordenação de Fiscalização Estadual, por intermédio da Divisão adequada, para custodiar os autos e promover o monitoramento das deliberações deste Acórdão, devendo enviar relatórios periódicos em 60 (sessenta) e 90 (noventa) dias a partir da publicação deste Acórdão.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS, em
Goiânia,

Presidente,

, Relatora,

, Conselheiro,

, Conselheiro,

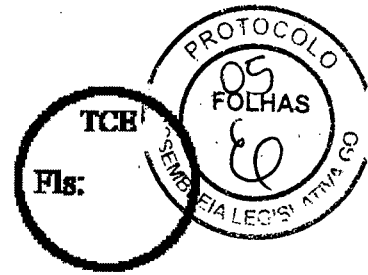
, Conselheiro,

, Conselheiro,

, Conselheiro,

Fui presente:

, Procurador Geral de Contas.

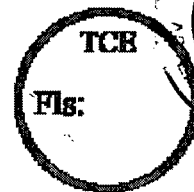


**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
GABINETE DA CONSELHEIRA CARLA CÍNTIA SANTILLO**

Tratam dos contratos de exploração dos serviços de transporte público intermunicipal do Estado de Goiás.

DESPACHO Nº 0938 GCCS/2012 - Conforme Acórdão nº 960 de 10 de março de 2011 (fls.TCE-93/94), com fundamento nos arts. 1º, incisos VII, §§1º E 4º, e arts 85 e 98 da Lei Orgânica nº 16.168/2007, e 175, caput e parágrafo único, inciso I, da Constituição Federal e artigo 14 da Lei Federal nº 8.987/95, foi determinado à Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização do Estado de Goiás - AGER, que: 1) encaminhasse, no prazo de 120 (cento e vinte) dias o plano Diretor do Transporte Intermunicipal do Estado de Goiás; 2) realizasse os procedimentos licitatórios para todas as linhas de transporte intermunicipal do Estado de Goiás, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, determinações que chegaram ao conhecimento do jurisdicionado aos 16/03/2011 (fls.TCE-095).

Foi determinado, também, na mesma decisão, o monitoramento do cumprimento das determinações contidas no Acórdão supramencionado, que culminou no Relatório de Monitoramento nº 001/2011 - 1ª DF (fls.TCE-132/140), e na Informação 0001 1ª DF - fls.TCE-208/209.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
GABINETE DA CONSELHEIRA CARLA CÍNTIA SANTILLO**

Nota-se que até a presente data, não foram cumpridas na integralidade as determinações supramencionadas, porém, aparentemente, estão sendo empenhados esforços pela AGR, conjuntamente com a Fundação Universidade de Brasília - (Convênio - 201100029001608), realização de estudos e audiências públicas para a elaboração do Marco Regulatório do Transporte Intermunicipal do Estado de Goiás, para que posteriormente possam ser licitadas as linhas e corredores de transporte coletivo intermunicipal, conforme relatórios e documentação acostados aos autos pelo jurisdicionado (fls.TCE-211/265); (fls.TCE-269/286); (fls.TCE-290/293); (fls.TCE-295/332); (fls.TCE-335/404); (fls.TCE-406/433).

Constam também às fls.TCE-356, pedido de dilação dos prazos para realização dos procedimentos licitatórios.

Isto posto, **ecaminhem-se o autos à Primeira Divisão de Fiscalização**, para ofertar o seu parecer técnico versando sobre o monitoramento da decisão em tela, pronunciando sobre a documentação constante nos autos, inclusive informando se as atividades realizadas pela AGR correspondem com o apresentado em seu cronograma acostado aos autos, acerca do pedido de dilação prazo constante às fls.TCE-356, e sobre os termos e objetivos a serem alcançados, para que possa ser firmado, entre o jurisdicionado e o Tribunal de Contas do Estado de Goiás, Termo de Ajuste de Gestão - TAG, art. 256, § 1º do RITCE/GO.

GABINETE DA CONSELHEIRA CARLA CÍNTIA SANTILLO,
em Goiânia, aos 18 de abril de 2012.

Carla Cíntia Santillo
Conselheira



ACÓRDÃO Nº

Ementa: Decisão do Tribunal Pleno. Acórdão nº 960/2011. Relatório de acompanhamento. Termo de Ajustamento de Gestão – TAG.

Com os fundamentos expostos nestes autos do processo de nº 201100047000030, tendo o relatório e o voto como partes integrantes deste,

ACORDA

o **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS**, pelos integrantes do seu Tribunal Pleno, ante as razões expostas pelo Relator, Conselheiro Edson José Ferrari, em autorizar a celebração de Termo de Ajustamento de Gestão – TAG, tendo de um lado como Compromitente, o Tribunal de Contas do Estado de Goiás, e de outro, como Compromissário, a Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos – AGR, cuja minuta acompanha este Acórdão, para o efetivo cumprimento da decisão prolatada no Acórdão nº 960, de 10/03/2011, deste Tribunal de Contas do Estado de Goiás.

À Gerência de Comunicação e Controle para as anotações pertinentes, publicação, intimação e demais atribuições a seu cargo. Após, encaminhar os autos ao Gabinete do Relator para os procedimentos pertinentes à celebração do TAG.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS, em Goiânia, aos

ANEXO

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS

Processo nº 201100047000030



Assinado por KENNEDY DE SOUSA TRINDADE
Data: 16/05/2018 15:22
Função: Presidente assinante



Assinado por EDSON JOSÉ FERRARI
Data: 16/05/2018 15:22
Função: Relator assinante



Assinado por SEBASTIÃO JOAQUIM PEREIRA NETO TEJOTA
Data: 16/05/2018 15:22
Função: Conselheiro assinante



Assinado por CARLA CINTIA SANTILLO
Data: 16/05/2018 15:22
Função: Conselheira assinante



Assinado por CELMAR RECH
Data: 16/05/2018 15:22
Função: Conselheiro assinante



Assinado por SAULO MARQUES MESQUITA
Data: 16/05/2018 15:22
Função: Conselheiro assinante



Assinado por HELDER VALIN BARBOSA
Data: 16/05/2018 15:22
Função: Conselheiro assinante



Assinado por MAISIA DE CASTRO SOUSA BARBOSA
Data: 16/05/2018 15:22
Função: Procuradora assinante





TERMO DE AJUSTAMENTO DE GESTÃO – TAG

Aos 03 dias do mês de julho de 2018, o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS, CNPJ nº 02.291.730.0001 -14, representado neste ato pelo seu Presidente, Conselheiro Kennedy de Sousa Trindade, e pelo Conselheiro Relator Edson José Ferrari, doravante denominado COMPROMITENTE, e de outro lado, como COMPROMISSÁRIO, a AGÊNCIA GOIANA DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS – AGR, CNPJ nº 03.537.650/0001-69, situada na Av. Goiás, nº 305, Ed. Visconde de Mauá, Centro, cidade de Goiânia, Goiás, CEP: 74005-010, neste ato representada pelo seu representante legal e presidente, Sr. Ridoval Darci Chiareloto, Casado, RG nº 6.235.597, SSP/GO, CPF nº 020.528.229-68, residente e domiciliado na Rodovia BR-153, Casa 1, Chácaras Colorado, Anápolis, Goiás, Telefone Celular nº (62) 99955-7210 e e-mail presidencia@agr.go.gov.br, celebram este TERMO DE AJUSTAMENTO DE GESTÃO – TAG, para equacionar a forma mais justa, legal e célere de cumprir a decisão veiculada no Acórdão nº 960/2011, nos termos da Resolução Normativa nº 006, de 25/11/2016 e das cláusulas seguintes.

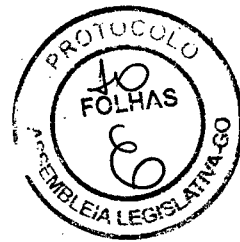
Considerando que nos termos do art. 175, da Constituição Federal, a prestação do serviço público será executada diretamente pelo Estado ou sob o regime de concessão ou permissão, nestes casos, sempre precedido de licitação;

Considerando que nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, a licitação é a regra matriz para as contratações públicas, disciplinada pela Lei nº 8.666/1993, tendo natureza de norma geral para as demais entidades federadas;

Considerando a norma contida no art. 110-A, da Lei estadual nº 16.168/2007, ao dispor que *“O Tribunal de Contas pode propor assinatura de termos de ajustamento de gestão para o efeito de afastar a aplicação de penalidades ou sanções e adequar os atos e procedimentos do órgão ou entidade controlada aos padrões de regularidade”*;



TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DE GOIÁS



Considerando as determinações contidas nos dispositivos do Acórdão nº 960/2011, bem como a autorização concedida pelo Acórdão nº 1561/2018, ambos do egrégio Tribunal Pleno;

Considerando que restou demonstrada nos autos a boa-fé dos gestores da AGR em implementarem as medidas necessárias para, pelo menos, iniciar o planejamento para a realização do procedimento licitatório, mediante a realização de um convênio com a Universidade de Brasília visando ao desenvolvimento de estudos técnicos e científicos, objetivando o aumento da eficiência e eficácia da regulação do transportes de passageiros pela AGR, bem como a elaboração de projeto para a reestruturação do transportes intermunicipal de passageiros do Estado de Goiás;

Considerando que desse convênio resultou o Plano Diretor do Transporte Intermunicipal do Estado de Goiás que orientará a elaboração do edital da licitação para a concessão do serviço público de transporte intermunicipal de passageiros;

Considerando que há nos autos intenção manifestada por parte da representação legal da AGR em celebrar o presente instrumento de ajustamento de gestão;

Considerando que nos autos da ação civil pública nº 5185869.10.2016.8.09.0051 foi deferida parcialmente a antecipação dos efeitos da tutela para impedir ao Estado de Goiás e à AGR a concessão de novas autorizações de prestação de serviço público de transporte intermunicipal de passageiros, sem prévia e indispensável licitação até a decisão de mérito nessa ação;

Considerando que essa mesma decisão cautelar impediu ainda ao Estado de Goiás, por intermédio da AGR, renovar as autorizações concedidas, à medida que forem expirando a vigência do instrumento contratual; e

Considerando, finalmente, que compete ao Tribunal de Contas do Estado de Goiás fiscalizar os atos e contratos de concessão ou permissão do serviço público de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros do Estado de Goiás;

RESOLVEM:

Celebrar o presente Termo de Ajustamento de Gestão - TAG, fundado nas seguintes cláusulas:



TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DE GOIÁS



Cláusula Primeira – o **COMPROMISSÁRIO** se compromete a cumprir no prazo improrrogável de 6 (seis) meses, após a publicação do presente TAG, a realização de licitação e outorga de todas as linhas de transporte intermunicipal do Estado de Goiás que não estiverem formalmente delegadas à exploração de terceiros;

§ 1º Publicado o edital da licitação, a AGR deverá, no prazo de 5 (cinco) dias, encaminhar, para apreciação da legalidade pelo Tribunal de Contas, cópia do mesmo com todos os seus anexos, inclusive do Plano Diretor do Transporte Intermunicipal do Estado de Goiás, nos termos do § 2º, do art. 263, do Regimento do Tribunal de Contas, combinado com o § 2º, do art. 113, da lei nº 8.666/1993.

§ 2º As linhas já outorgadas via Termo de Autorização serão licitadas à medida que forem expirando a vigência da autorização, conforme antecipação de tutela na ação civil pública nº 5185869.10.2016.8.09.0051, salvo decisão de mérito em contrário nessa mesma ação civil.

§ 3º Para efeito do controle do disposto no parágrafo anterior, a AGR deverá, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação deste TAG, encaminhar cópia de todos os procedimentos administrativos relativos aos Termos de Autorização das linhas já concedidas ao Gabinete do Relator, sob pena de aplicação de multa prevista na Cláusula Quinta deste TAG.

Cláusula Segunda – o **COMPROMISSÁRIO**, ao assinar o presente TAG, renuncia ao direito de questionar suas disposições perante o Tribunal de Contas, e demais órgãos controladores, salvo a competência revisora do Poder Judiciário, e se compromete a cumprir integralmente o cronograma estabelecido em suas cláusulas.

Cláusula Terceira – Em caso de descumprimento dos compromissos assumidos em virtude do presente TAG, responderá o representante legal da Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos – AGR, independentemente de ter ou não assinado o presente Termo de Ajustamento de Gestão - TAG.

Cláusula Quarta – Uma vez cumpridas todas as disposições deste Termo de Ajustamento de Gestão – TAG, será dada a quitação ao gestor responsável, tanto quanto ao seu cumprimento, como quanto ao saneamento de falhas, fatos ou atos que ensejaram a sua celebração.

Cláusula Quinta – Em caso de descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas, nos prazos estabelecidos e na forma prevista no presente Termo de Ajustamento de Gestão – TAG, será aplicada



TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DE GOIÁS



multa ao **COMPROMISSÁRIO**, com fundamento no art. 112, VIII, da Lei estadual nº 16.168/2007, em seu percentual mais elevado, sem prejuízo das demais sanções cabíveis por descumprimento do Acórdão nº 960/2011, estabelecidas nos incisos II e III, da mesma Lei nº 16.168/2007.

Parágrafo único. O valor da multa será recolhido no prazo de 15 (quinze) dias à conta do Fundo de Modernização do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, sob pena de cobrança judicial, com fundamento no art. 71, § 3º, da CF, devendo a Secretaria-Geral expedir a competente certidão desse título executivo, procedendo à devida atualização do valor da multa, conforme determinação dos art. 75, I e 112, § 1º, da Lei estadual nº 16.168/2007, a inclusão do nome do responsável no cadastro informativo de créditos não quitados do Estado de Goiás, conforme dispõe o inciso IV, do art. 83, da Lei estadual nº 16.168/2007; e na lista das autoridades inelegíveis, conforme previsão do art. 84, da Lei estadual nº 16.168/2007 e para fins de atendimento ao art. 1º, I, 'g', e art. 3º, da Lei Complementar nº 64/1990.

Cláusula Sexta – Os prazos estabelecidos neste Termo de Ajustamento de Gestão – TAG serão contados a partir do primeiro dia útil de sua publicação.

Cláusula Sétima – A Secretaria de Controle Externo promoverá o monitoramento do cumprimento das obrigações ajustadas neste TAG, devendo enviar ao Gabinete do Relator relatório trimestral, a partir da publicação deste Termo.

Cláusula Oitava – Cópia deste Termo de Ajustamento de Gestão - TAG será encaminhada formalmente ao Governador do Estado; à Assembleia Legislativa; e ao Ministério Público do Estado de Goiás.

Cláusula Nona – A vigência do presente Termo de Ajustamento de Gestão – TAG será de 6 (seis) meses, contados da sua publicação no Diário Eletrônico de Contas deste Tribunal de Contas.

Parágrafo único. Eventual pedido de dilação de prazo para cumprimento das obrigações assumidas neste TAG, deverá ser endereçado ao Conselheiro Relator, nos termos do art. 15, da RN nº 006/2012, no decorrer da vigência deste Termo, devidamente fundamentado.

Cláusula Décima – Fica eleito o foro da Comarca de Goiânia, Estado de Goiás, para dirimir eventuais divergências decorrentes deste TAG, que não possam ser solucionadas administrativamente.



TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DE GOIÁS



E, por estarem justos e compromissados, as partes firmam o presente Termo de Ajustamento de Gestão – TAG para que assim produza os efeitos jurídicos e legais desejados.

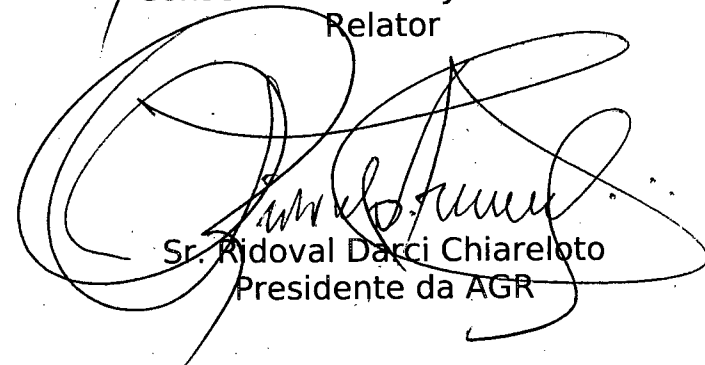
Gabinete da Presidência do Tribunal de Contas do Estado de Goiás,
em Goiânia, aos 03 de julho de 2018.



Conselheiro Kennedy Trindade
Presidente



Conselheiro Edson José Ferrari
Relator

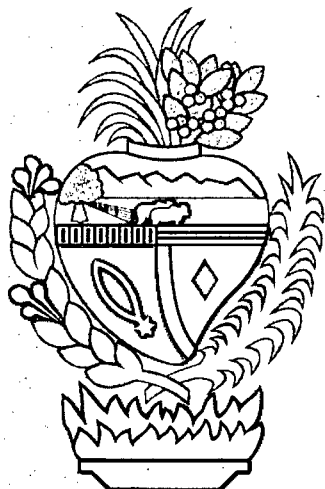


Sr. Ridoval Darci Chiareloto
Presidente da AGR

A PUBLICAÇÃO E, POSTERIORMENTE,
À COMISSÃO DE TRIBUTAÇÃO
FINANÇAS E ORÇAMENTO.

Em 07/08/2018


1º Secretário



**ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA**
ESTADO DE GOIÁS

A CASA DO POVO

PROCESSO LEGISLATIVO

Nº 2018003165

Data Autuação: 09/07/2018

Nº Ofício: 135/2018 TCE
Origem: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
Autor: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
Tipo: COMUNICADO
Subtipo: GERAL

Assunto:

ENCAMINHA CÓPIA DO TERMO DE AJUSTAMENTO DE GESTÃO
CELEBRADO ENTRE O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
E A AGÊNCIA GOIANA DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO
DE SERVIÇOS PÚBLICOS - AGR.

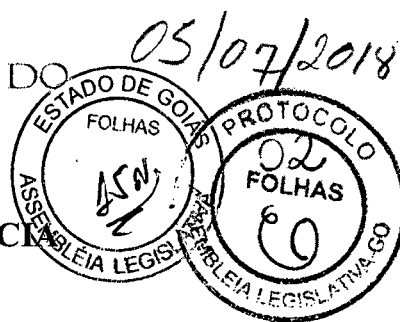


2018003165



TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DE GOIÁS

GABINETE DA PRESIDÊNCIA



Ofício nº. 135/2018- GPRES

Goiânia, 03 de julho de 2018.

Exmo. Sr.
Deputado José Vitti
MD Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás
Palácio Alfredo Nasser – Alameda dos Buritis, 231 – Setor Oeste
74.115 – 900 – Nesta.

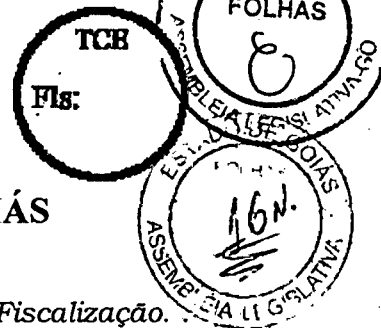
Excelentíssimo Senhor Presidente,

Com a expressão de meu apreço, e considerando decisão proferida nos autos de n.º 201100047000030, por meio do Acórdão n.º 960, de 10 de março de 2011, que teve como objeto a análise de supostas irregularidades em procedimentos licitatórios realizados pela Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos – AGR, e considerando que restou comprovada a boa fé dos gestores da AGR em implantarem medidas no intuito de atender ao determinado no supracitada decisão, haja visto que foram realizados estudos para elaboração de projeto de reestruturação do transporte intermunicipal de passageiros deste Estado, e considerando ainda a realização de convênio entre a AGR e a Universidade de Brasília que resultou em um Plano Diretor do Transporte Intermunicipal do Estado de Goiás, encaminho a Vossa Excelência cópia do Termo de Ajustamento de Gestão celebrado entre esta Corte e a AGR para conhecimento.

Cordialmente,


Conselheiro Kennedy Trindade
Presidente

GPRES/ar



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS ACÓRDÃO N.º

Deliberação do Tribunal Pleno. Processo de Fiscalização. Concessão dos Serviços de Transporte Público Intermunicipal. Irregularidades. Ausência de Plano Diretor do Transporte Intermunicipal. Ausência de Licitação nos Contratos de Concessão. Monitoramento.

Vistos, oralmente expostos e discutidos os presentes Autos de n.º **201100047000030**, que trazem notícia de irregularidade na exploração dos serviços de transporte público intermunicipal do Estado de Goiás.

ACORDA

o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS, com fundamento nos artigos 1º, incisos VII §§ 1º e 4º, 85 e 98 da Lei Orgânica n.º 16.168/07, e 175, *caput* e parágrafo único, inciso I, da Constituição Federal e artigo 14 da Lei Federal n.º 8.987/95, por unanimidade de votos dos integrantes do **Tribunal Pleno**:

A) Determinar ao Estado de Goiás, por meio da Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização - AGR, que:

A.1) elabore o Plano Diretor do Transporte Intermunicipal do Estado de Goiás, no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, e encaminhe a este Tribunal;

A.2) realize o procedimento(s) licitatório(s) para todas as linhas de transporte intermunicipal do Estado de Goiás, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de responsabilidade;

A.3) submeta o(s) edital(is) de licitação à apreciação deste Tribunal, após publicação.

B) A Secretaria Geral para oficial o Governador do

A PUBLICAÇÃO E, POSTERIORMENTE,
A COMISSÃO DE TRIBUTAÇÃO
FINANÇAS E ORÇAMENTO.
Em 07/08/2018

1º Secretário



**ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA**
ESTADO DE GOIÁS
O PODER DA CIDADANIA



Comissão de
Tributação, Finanças
e Orçamento



COMISSÃO DE TRIBUTAÇÃO, FINANÇAS E ORÇAMENTO

PROCESSO NÚMERO: 3165/2018

PARA RELATAR

O (A) Sr.(a) Deputado(a) ALVARO GUIMARAES

Em 15 / 09 / 2018

Presidente: [Assinatura]



Processo n. 2018003165

Interessado: Tribunal de Contas do Estado de Goiás.

Assunto: Encaminha cópia do Termo de Ajustamento de Gestão celebrado entre o Tribunal de Contas do Estado de Goiás e a Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos – AGR.

RELATÓRIO PRELIMINAR

Trata-se do Ofício n. 135/2018 - GPRES, encaminhado pelo Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Goiás – TCE-GO –, que comunica a este Parlamento, a celebração de Termo de Ajustamento de Gestão – TAG – entre o TCE-GO e a Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos – AGR –, conforme autorização do Acórdão n. 1561/2018, de 16 de maio de 2018, daquela Corte de Contas.

O mencionado TAG, celebrado nos termos do art. 110-A da Lei n. 16.168, de 11 de dezembro de 2007 – Lei Orgânica do TCE-GO –, trata do cumprimento das determinações do Acórdão n. 960/2011 do TCE-GO, a saber: elaboração de Plano Diretor do Transporte Intermunicipal do Estado de Goiás; realização de procedimento(s) licitatório(s) para a concessão das linhas de transporte público intermunicipal do Estado de Goiás; e submissão, após publicação, do(s) edital(is) de licitação ao TCE-GO.

Note-se que a matéria já foi, inclusive, objeto de Comissão Parlamentar de Inquérito nesta Casa (Decreto Administrativo n. 2.651, de 16 de setembro de 2015).

Conforme consta do TAG em questão:

[...] restou demonstrada nos autos a boa-fé dos gestores da AGR em implementarem as medidas necessárias para, pelo menos, iniciar o planejamento para a realização do procedimento licitatório, mediante a realização de um convênio com a Universidade de Brasília visando ao desenvolvimento de estudos técnicos e científicos, objetivando o aumento da eficiência e eficácia da regulação do transportes de passageiros pela AGR, bem como a elaboração de projeto para a

reestruturação do transpores intermunicipal de passageiros do
Estado de Goiás; (5º considerando).

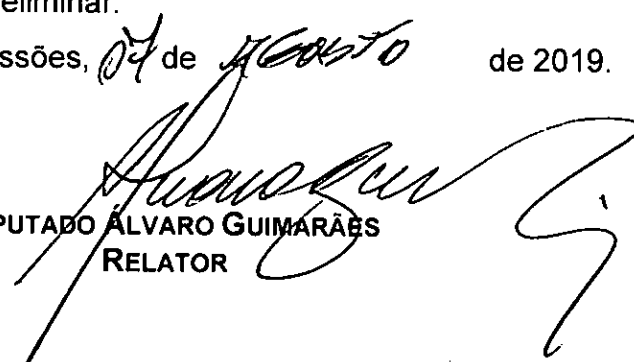


Assim sendo, tendo em vista o fim do prazo constante da
cláusula primeira do TAG, manifesto-me para que seja oficiado ao TCE-GO a
fim de que informe a esta Comissão:

- a) o cumprimento, descumprimento ou eventual dilação de
prazo do TAG em análise;
- b) em caso de descumprimento, as providências adotadas; e
- c) demais informações relevantes sobre a matéria.

É o relatório preliminar.

Sala das Comissões, 04 de agosto de 2019.


DEPUTADO ALVARO GUIMARÃES
RELATOR



A Comissão de Tributação, Finanças e Orçamento

PROCESSO NÚMERO: 3165/19

Aprova o Parecer do Relator Convertendo o Processo em Diligência

Sala das Comissões Técnicas Sólton Amaral

Em 27 de 09 de 2019

Presidente: _____

DEPUTADOS TITULARES

DEPUTADOS SUPLENTEs

- | | | | |
|----|-------------------------|----|-----------------------------|
| 01 | KARLOS CABRAL..... | 01 | PAULO TRABALHO..... |
| 02 | HELIO DE SOUSA | 02 | DIEGO SORGATTO |
| 03 | RUBENS MARQUES..... | 03 | HENRIQUE ARANTES..... |
| 04 | WAGNER NETO..... | 04 | ZÉ CARAPÔ..... |
| 05 | BRUNO PEIXOTO..... | 05 | ANTÔNIO GOMIDE..... |
| 06 | CHICO KGL..... | 06 | ÁLVARO GUIMARÃES..... |
| 07 | CAIRO SALIM..... | 07 | DELEGADO EDUARDO PRADO..... |
| 08 | TALLES BARRETO..... | 08 | TIÃO CAROÇO..... |
| 09 | WILDE CAMBÃO..... | 09 | LUCAS CALIL..... |
| 10 | HENRIQUE CÉSAR..... | 10 | THIAGO ALBERNAZ |
| 11 | JEFERSON RODRIGUES..... | 11 | ALYSSON LIMA..... |

Ofício n. 164/2019 - CTFO

Goiânia 12 de agosto de 2019.

Excelentíssimo Senhor Presidente
CELMAR RECH
Presidente Conselheiro
Tribunal de Contas do Estado de Goiás
Nesta
Assunto: **Diligência.**

Senhor Conselheiro Presidente,

1. Com os meus cumprimentos, encaminha-se diligência solicitada pelo Deputado Álvaro Guimarães relator do processo nº **2018003165**, ofício nº 135/2018 TCE, autor: Tribunal de Contas do Estado de Goiás, assunto: encaminha cópia do termo de ajustamento de gestão celebrado entre o Tribunal de Contas do Estado de Goiás e a Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos-AGR.

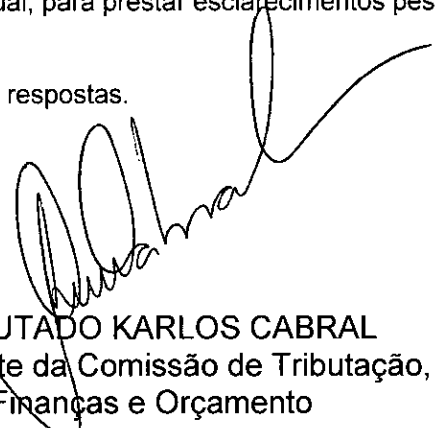
2. Conforme relatório preliminar, vide págs. 18 e 19 dos autos, solicita-se ao Tribunal de Contas do Estado de Goiás que informe a esta Comissão:

- a) **o cumprimento, descumprimento ou eventual dilação de prazo do TAG em análise;**
- b) em caso de descumprimento, as providências adotadas; e
- c) demais informações relevantes sobre a matéria.

3. A fim de cumprir a Resolução nº 1.218, de 03 de julho de 2007, "art: 28 parágrafo único. As diligências das comissões deverão ser respondidas em até 90 (noventa) dias, sob pena de, esgotado esse prazo, ser realizada a convocação do respectivo Secretário de Estado ou autoridade equivalente, nos termos do art. 9º da Constituição Estadual, para prestar esclarecimentos pessoalmente. "

Para tanto aguardamos respostas.

Atenciosamente,



DEPUTADO KARLOS CABRAL
Presidente da Comissão de Tributação,
Finanças e Orçamento